

## **Cooperação e preservação: a história da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais – REMIG**

Ana Maria Matta Machado Diniz<sup>\*</sup>

Daniel Botelho Rabelo<sup>\*\*</sup>

Isabella Carvalho de Menezes<sup>\*\*\*</sup>

### **Resumo**

A Rede Memória das Instituições de Minas Gerais tem como objetivo primordial estabelecer um diálogo permanente entre pessoas e instituições que trabalham com pesquisa e preservação da memória. Busca desenvolver iniciativas no campo da produção científica, na formação continuada de seus colaboradores e no incremento de políticas de identificação e tratamento de acervo histórico de relevância social. Este artigo visa relatar a história da REMIG desde sua idealização até a atualidade, identificando seus avanços e desafios além de apontar caminhos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

**Palavras-chaves:** Rede; Memória; Cooperação; Interlocação; Preservação; Capacitação.

### **Uma rede pioneira**

A conjuntura que propiciou o surgimento da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais é marcada, de um lado, pela crescente preocupação das empresas e órgãos públicos com a preservação da memória e, de outro, pela conectividade que se impõe, nos dias de hoje, no campo das relações sociais.

---

<sup>\*</sup> Coordenadora do Centro de Memória da Justiça do Trabalho em Minas Gerais. Especialista em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>\*\*</sup> Pesquisador da Escola Judicial/ Centro de Memória da Justiça do Trabalho em Minas Gerais. Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Gama Filho (UGF) e mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

<sup>\*\*\*</sup> Coordenadora do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, técnica em Assuntos Educacionais do Museu do Ouro de Sabará. Graduada em História pela UFMG, especialista em Gestão da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nas instituições brasileiras, a preocupação com a preservação da memória, traduzida no desenvolvimento de produtos e ações voltados para o registro de suas histórias, ou na implantação de centros de memória, se acentuou nas últimas três décadas. O cuidado com a história surgiu como uma necessidade e não como modismo passageiro. Além de ajudar a amenizar a sensação de perda e volatilidade, diante das rápidas transformações do mundo contemporâneo, esse cuidado com a história fornece parâmetros para que a sociedade avalie a trajetória das instituições. Cada vez mais as instituições são valorizadas ao mostrar que possuem raízes e que são historicamente responsáveis. Ao passo que, os centros de memória se estabelecem como ferramentas a serviço das instituições, responsáveis por agregar valor ao seu nome, fornecer suporte ao desenvolvimento de suas ações e estreitar os laços com a comunidade.

Já o trabalho colaborativo e em rede não é uma invenção contemporânea. Ao longo da história, muitos povos se associaram de forma colaborativa, com vistas a vencerem dificuldades coletivas ou alcançarem algum objetivo comunitário. Antes, no entanto, as redes emergiam do relacionamento entre atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva – eram colocadas em prática pontualmente. Na contemporaneidade, e potencializadas pelas tecnologias da informação, as redes se apresentam como alternativas para a ação coletiva, seja no plano político, econômico, social ou cultural. Elas conectam indivíduos e instituições de forma igualitária, em torno de um objetivo comum, otimizando energias, recursos e competências.

Por meio da descrição das atividades da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais (REMIG) é possível identificar a busca por pressupostos desejáveis nas redes colaborativas, como a horizontalidade, a autogestão, a não-linearidade e inexistência de hierarquias.

A REMIG é uma Rede de Informação e Cooperação que integra profissionais e instituições envolvidos em iniciativas de memória institucional, no Estado de Minas Gerais, visando a construção colaborativa e o compartilhamento de conhecimentos. Ao completar dez anos de atividades em 2013, a rede mineira se destaca como a primeira em seu gênero a se estabelecer no país. Atualmente, redes com objetivos similares já estão em atividade em outros estados brasileiros.

### **Uma instituição puxou o fio da Rede...**

Em março de 1997, uma equipe multidisciplinar de servidores da Justiça do Trabalho de Minas Gerais foi formada em torno de um projeto que consistia na ação de

conhecer para preservar, para, posteriormente, disponibilizar a história da Justiça do Trabalho à consulta pública, buscando aproximar o Poder Judiciário e a sociedade.

Com o desenvolvimento do referido projeto, denominado “Projeto Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais”, iniciou-se uma pesquisa na documentação interna da instituição para subsidiar a futura exposição, que traria como tema a memória da Justiça do Trabalho. As informações para a exposição foram buscadas, também, nos documentos de órgãos de pesquisa como Arquivo Nacional, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CEPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Hemeroteca Estadual, dentre outros.

Em dezembro de 1997, foi então inaugurada a exposição “Memória da Justiça do Trabalho”, com textos, fotos e mobiliários que ilustravam a trajetória da Justiça do Trabalho no Brasil e em Minas Gerais.

A experiência de buscar conhecer a documentação interna para a realização da exposição da Memória da Justiça do Trabalho trouxe para a equipe a constatação de que um projeto de gestão documental deveria ser urgentemente implantado, face ao acúmulo de documentos sem qualquer tratamento. Daí, surgiu a ideia de se contratar uma consultoria para identificar, avaliar, organizar e definir um programa de gestão adequado, o que foi feito em seguida, tendo obtido resultado satisfatório que acabou refletindo no Programa de Gestão Documental em curso na Instituição.

Em prosseguimento às atividades do projeto Memória, em maio de 1998, foi organizado um seminário, em parceria com o Instituto Lumens da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, denominado “Impasses e Perspectivas do Trabalho na Nova Ordem Econômica”, que tratou de vários temas de relevância jurídico-social como o trabalho infantil e a precarização das relações laborais.

Em agosto de 1999, foi criado o programa “Justiça e Cidadania”, ação educativa ligada à Exposição da Memória que buscava uma maior interação do público escolar e universitário com as atividades desenvolvidas na Justiça do Trabalho, por meio de visitas guiadas e simulações de audiências trabalhistas conduzidas por um magistrado.

Em dezembro de 1999, o Projeto Memória foi institucionalizado como Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais.

Um dos grandes desafios da equipe, á época, foi buscar maneiras de resguardar a documentação que se apresentava. No Tribunal Regional do Trabalho de Minas não existia nenhuma orientação ou política de preservação documental. Essa não era a atividade-fim da Instituição e até o conceito centro de memória era difícil de ser

percebido por ser tão tênue o seu limite de atuação com o Arquivo ou o Centro de Documentação.

Nenhum de seus integrantes tinha qualquer conhecimento para esse fazer. Foi preciso construí-lo. Decidiu-se então buscar nas entidades afins, que sempre demonstraram boa vontade e interesse, as informações e as experiências necessárias visando o início de uma capacitação sólida, além de dividir as dúvidas e incertezas nascentes com outras instituições que iniciavam o mesmo caminho.

Após duas enquetes realizadas com alguns órgãos e entidades de Belo Horizonte, e no âmbito da Justiça do Trabalho, surgiu a ideia de se formar um grupo que abrigasse tais entidades afins, em função não somente da similitude de suas finalidades, mas também das dificuldades e desafios enfrentados. Surge, então, o que se denominou “Grupo Memória das Instituições”. Seus objetivos consistiam em: estabelecer um diálogo permanente entre setores de instituições públicas e privadas, que lidavam com atividades na área da memória institucional; possibilitar a formação de um grupo de discussão; favorecer o intercâmbio de experiências; preparar, em conjunto, cursos de capacitação; realizar seminários como forma de proporcionar uma maior visibilidade dos trabalhos de pesquisa e práticas já realizados, dentro e fora de suas instituições; e despertar o interesse para essa iniciativa naquelas que ainda não a realizavam.

### **Primeira fase de funcionamento: “Grupo Memória das Instituições”**

O “Grupo Memória das Instituições” visava reunir, em sua composição, profissionais envolvidos em centros de memória institucionais, arquivos, museus e bibliotecas, além de estudantes, professores, pesquisadores e interessados, em geral. Reuniu cerca de treze instituições, entre órgãos do judiciário, entidades de ensino, associações desportivas, arquivos públicos, museus, indústrias, entre outros.

A primeira reunião, realizada na sala de audiências da Exposição “Memória da Justiça do Trabalho”, ocorreu no dia 23 de outubro de 2003.

Na ocasião, as instituições presentes expuseram as suas iniciativas no sentido de resguardar a memória: qual seu acervo; quais seus programas; quais os suportes que utiliza; como se organiza a equipe; que lugar ela ocupa no organograma da instituição. Esse formato de apresentação se tornou praxe nas reuniões subsequentes do grupo, sempre contando com novas adesões.

Foi, também, levantada a necessidade de criação de um grupo de discussão virtual, com o mesmo nome de “Memória das Instituições”, valendo-se dos novos canais de comunicação para facilitar o intercâmbio de experiências e a comunicação entre os seus integrantes.

Nos encontros seguintes, professores, profissionais e técnicos de instituições arquivísticas foram convidados a proferirem palestras sobre temas de interesse comum do Grupo, como digitalização de documentos, direitos autorais, história oral e história da educação.

Em setembro de 2004, entretanto, após o quinto encontro, o Grupo se desarticulou. Entre os fatores apontados para a sua descontinuidade estão o afastamento de uma das principais articuladoras, a abrangência da sua composição – que dificultou o estabelecimento de foco nos desafios específicos dos centros de memória – e a ausência de discussão sobre aspectos fundamentais para a sua estruturação e consolidação enquanto grupo.

Como principais legados desta primeira fase destacam-se: o pioneirismo da iniciativa de integrar centros de memória institucionais em um grupo de discussões; o estabelecimento de vínculos entre os coordenadores dos centros de memória; e a constatação da necessidade de intercâmbio e compartilhamento entre as áreas. A ideia de retomar o grupo permaneceu latente entre os membros, e o contato entre eles não mais deixou de existir.

### **Segunda fase de funcionamento: a Rede Memória das Instituições de Minas Gerais**

Em 10 de abril de 2008, o Grupo reuniu-se novamente com o objetivo de se reestruturar como rede, e a partir daí retomou suas atividades, buscando estabelecer parâmetros mais claros para a sua atuação. Decidiu alterar sua denominação para Rede Memória das Instituições de Minas Gerais<sup>1</sup>; especificou sua abrangência, delineou seus objetivos e fixou a periodicidade e o local para as reuniões.

Ficou acertado que a Rede abrangeria profissionais que trabalhassem em Centros de Documentação e Memória Institucionais, no Estado de Minas Gerais. Profissionais envolvidos no trabalho de arquivos, museus, bibliotecas e outras instituições culturais, bem como professores, consultores e estudantes da área, seriam sempre convidados a

---

<sup>1</sup> REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. *Ata da reunião de 10 de abril de 2008.*

participar da Rede, enquanto expositores, palestrantes ou monitores de estudos, em debates específicos estariam em uma relação de parceria.

Quanto aos objetivos da REMIG, restaram delineadas como ações a serem desenvolvidas: o compartilhamento de normas, ações, serviços e produtos de informação; o estudo de questões técnicas ligadas à preservação de documentos; a realização de visitas técnicas; a divulgação de congressos e eventos da área; promoção de congressos e eventos; a indicação de bibliografia especializada; a produção de estudos, artigos e/ou materiais bibliográficos; a integração com outras redes de memória, dentro e fora do Estado, e a formação continuada de seus membros.

Sobre a periodicidade e local de realização, ficou estabelecido que os encontros seriam, a princípio, mensais e realizados nas sedes das instituições envolvidas, de forma itinerante. A ferramenta fórum virtual foi implementada, com o fim de facilitar a comunicação entre os integrantes<sup>2</sup>.

Buscou-se organizar Grupos de Trabalho com a finalidade de efetivar a troca de informações entre os membros da Rede, discutir metodologias, produzir conhecimento sobre a área de memória institucional e submeter projetos de pesquisa para fins de financiamento junto a órgãos de fomento. As temáticas propostas foram: mapeamento dos centros de memória institucionais do Estado (diagnóstico e caracterização); política de acervo; tratamento técnico de acervos (catalogação, conservação); ação educativa nos centros de memória e ações de comunicação da REMIG.

Foram escolhidas a sigla atual (REMIG) e a logomarca da rede, além de se oficializar a Secretaria Executiva, antes informal, fixando, aos seus integrantes, mandato para o período de seis meses. Importante frisar que a Secretaria não foi pensada como um centro de poder, e sim como mediadora das ações da Rede, para manter uma melhor organização dos trabalhos.

Outro fato relevante foi a realização do “I Seminário Memória e Informação nas Instituições” com o tema “Redes de Memória e Informação e Centros de Memória” organizado pelo Centro de Pesquisa e Memória do Teatro do centro cultural Galpão Cine Horto, em parceria com a REMIG, em 23 de outubro de 2008. Foi a primeira grande realização da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais. A sede do Galpão Cine Horto foi seu palco e o evento contou com um número de participantes acima do esperado.

---

<sup>2</sup> REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. **Ata da reunião de 15 de maio de 2008.**

O Seminário contribuiu para atender às demandas de informação dos centros de memória, possibilitar a interação entre a Rede e a comunidade, fortalecer a Rede, funcionando como elemento agregador dos centros de memória, impulsionar parcerias e dar publicidade através da divulgação na mídia.

As aprendizagens obtidas com o seminário e o avanço na estruturação da Rede favoreceram mudanças em seu funcionamento. O prazo de mandato da Secretaria Executiva foi ampliado de seis meses para um ano, para garantir maior constância às atividades. Também ficou definido que a Secretaria poderia ser reeleita uma única vez, garantindo-se o rodízio entre os membros, desejável em redes colaborativas. Garantiu-se, também, a permanência de um membro da gestão anterior, obrigatoriamente, compondo a nova Secretaria, para facilitar a continuidade dos trabalhos. Buscava-se, dessa forma, estimular a participação efetiva de todas as instituições, evitando que a eventual saída de algum membro ocasionasse grande impacto nas atividades da REMIG.

O II Seminário “Memória e Informação nas Instituições”, organizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) em parceria com a REMIG, se realizou em 2009, integrando as atividades acadêmicas da “Semana de História”<sup>3</sup>. O Seminário contou com conferências, minicursos e *workshops*, trazendo convidados locais e de outros estados para discutirem os temas. Com centenas de participantes, o evento foi bem avaliado pelo grupo, principalmente por proporcionar maior visibilidade à REMIG e abrir a possibilidade de novas adesões e parcerias. Conforme mensagem recebida posteriormente, remetida pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), “o diferencial do evento residiu na interação dos profissionais e pesquisadores (graduação e pós) ligados por um mesmo interesse: preservação e divulgação da memória das instituições. [...]”. Cabe destacar que tanto o primeiro quanto o segundo seminário viabilizaram-se por meio de um esforço coletivo entre as instituições, que doaram, espontaneamente, recursos financeiros, produtos ou serviços para os eventos, como peças gráficas e passagens aéreas. Parcerias e patrocínios externos também aconteceram, para se obter, por exemplo, pastas, blocos, canetas e crachás.

A formalização ou constituição jurídica da REMIG foi definida como ação prioritária da rede, pois dela dependeria uma série de outras ações, inclusive a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. O tema foi longamente discutido entre

---

<sup>3</sup> O seminário da REMIG ocorreu no dia 3 de setembro de 2009.

os anos de 2009 e 2010. Inicialmente, havia se pensado em estabelecer a REMIG como uma associação sem fins lucrativos, o que permitiria o ingresso em seus quadros de pessoas físicas e jurídicas.

No entanto, algumas ponderações acerca dos impactos da formalização jurídica sobre as suas atividades foram realizadas, a saber: a probabilidade de desligamento de membros que representavam instituições públicas, ou mesmo privadas, e que seriam impedidos de participar da REMIG na condição formal de associados; aumento considerável de trâmites burocráticos, desviando o tempo de dedicação às atividades de pesquisa e troca de experiências sobre a área; verticalização das relações entre os membros, na medida em que se estabeleceria, necessariamente, uma diretoria para a associação; preocupação com o estabelecimento de uma fonte de recursos regular para a manutenção da associação, exigida em estatuto.

Diante dessas colocações, optou-se em buscar uma formalização não jurídica da REMIG, ou seja, sem criação de CNPJ. Essa formalização envolveria uma série de ações específicas a cargo de seus membros, como a criação de um regimento interno para a Rede, a ser registrado em Cartório, e o estabelecimento de mecanismos para registrar a adesão e o desligamento de instituições.

Ainda, em face da opção pela formalização não jurídica, as instituições-membro da REMIG deveriam se revezar como proponentes de projetos culturais, juntas aos órgãos de fomento, uma vez que proposições diretas da REMIG estariam impossibilitadas.

Na sequência das atividades da Rede, foi muito proveitoso o ciclo de apresentações proposto para identificar o grau de sensibilização, nas instituições, para a questão da preservação da memória. As apresentações ocorreram durante a realização das reuniões mensais, ocasião em que o membro, palestrante do dia, trazia o estudo de caso relacionado à sua instituição e debatia com os demais.

Entre os anos de 2011 e 2012, destacaram-se as atividades formativas desenvolvidas, reforçando o intercâmbio de experiências e promovendo a capacitação dos participantes, ações consideradas relevantes entre os objetivos da REMIG. Visitas aos acervos das instituições anfitriãs, seguidas por apresentações dos respectivos projetos, desafios e planos de trabalho; realização de palestras com pessoas convidadas e projeções de vídeos com temas relacionados à memória institucional permitiram ao grupo não só ampliar conhecimentos, mas contribuir, a partir da competência de cada

um, para o desenvolvimento das iniciativas de memória promovidas nas instituições mineiras.

Ao final do ano de 2012, a REMIG congregava cerca de trinta instituições mineiras, de diversos ramos de atividades, atentas para a importância da preservação da sua memória e apoiadoras da articulação em rede em torno do assunto.

### **Considerações finais**

Conforme ensina Maria Inês Tomaél,

Quando se aborda o tema rede, impregnado em seu conceito está à concepção de cooperação, por serem as redes responsáveis pelas articulações entre diferentes atores que interagem entre si e fortalecem todo o conjunto “à medida que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam por meio de diversos fluxos”. (MANCE, 2000, apud TOMAÉL).

Para Nelson Casarotto Filho e Luis Henrique Pires (1999), essa cooperação requer a troca de informações entre várias empresas, o estabelecimento de um intercâmbio de ideias, o desenvolvimento de visão estratégica; a definição de áreas de atuação, a análise conjunta dos problemas e solução em comum, e a definição das contribuições dos parceiros.

Além disso, para Tomaél (2012), a constituição de uma rede pode ser ou não planejada e proposital, mas para que novas ideias e processos resultantes da interação possam, de fato, colaborar para a troca da informação e para a aquisição do conhecimento, que a eleva ao patamar de rede de conhecimento, é necessário desenvolver ações que a sustentem e a mobilizem.

Nesse sentido, a REMIG, enquanto rede de conhecimentos, deve buscar materializar novas iniciativas de sustentação e mobilização que tenham afinidade com suas linhas estratégicas e formas de atuação. Como exemplo, pode-se citar a reativação dos Grupos de Trabalho, idealizados em 2008, buscando produzir conhecimento sobre a área de memória institucional e desenvolver projetos de pesquisa em conjunto com outras redes e/ou instituições, diversificando a gama de atividades desenvolvidas e criando melhores condições de interlocução e intercâmbio entre si.

Outra iniciativa relevante nesse sentido é dar continuidade à realização de seminários, nos moldes dos já realizados, porém agregando a esses projetos a experiência já adquirida nesses vários anos de existência da Rede.

A institucionalização (com a aprovação de seu Estatuto em 2012) representou um grande passo na história da REMIG, principalmente quanto à definição das suas linhas de atuação e à definição da contribuição de seus membros, gerando maior confiabilidade tanto nas suas relações internas quanto nas suas relações externas, e, conseqüentemente, resultando em um processo mais aperfeiçoado de mobilização no campo da preservação da memória no cenário estadual e também nacional, essa por meio de parcerias.

Aliás, esse processo de mobilização passa pela valorização da memória como patrimônio cultural de uma sociedade. Assim, o processo de formação teórico-prático que se estabelece na REMIG não pode ficar limitado a seus membros, mas deve expandir-se para alcançar os diversos grupos sociais que existem na atualidade. Isso porque, conforme ensina o sociólogo francês Maurice Halbwachs “as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é memorável e as formas pelas quais será lembrado”. (CHAGAS; SANTOS; SELONK, 2012).

Por fim, deve-se ressaltar que o desenvolvimento do potencial máximo da REMIG depende do empenho de seus membros<sup>4</sup> em traçar um plano de estratégias para afirmar a Rede enquanto instituição que oferece à sociedade elementos capazes de promover o seu aprimoramento contínuo, pois como afirmam Ana de Holanda e José do Nascimento Júnior: “O Brasil está olhando para o futuro ao colocar a memória como fator de desenvolvimento social e fortalecimento da cidadania” (HOLANDA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2012).

---

<sup>4</sup> Hoje são 29 membros ativos.

**Cooperation and preservation:  
the history of Rede Memória das Instituições de Minas Gerais – REMIG**

**Abstract**

The Memória das Institutions de Minas Gerais Network main goal is to establish a permanent dialogue between individuals and institutions working on research and preservation of memory. It aims to develop scientific knowlegde production, to allow the continuing education of its members and to increase of political identification and treatment of historic collection which has social relevance. This article aims to tell the story of REMIG since its conception to the present, identifying their progress and challenges while identifying ways to develop their potential.

**Keywords:** Network; Memory; Cooperation; Interlocution; Preservation; Training.

**Referências**

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 1999.

CHAGAS, Roberta Cristina Carvalho; SANTOS, Giuseppe dos; SELONK, Marcus José T.. **História e Memória: aproximações e afastamentos.** Disponível em: <[http://www.selonk.com.br/gphr/wp-content/themes/selonk-theme/artigos/roberta\\_cristina\\_chagas\\_giuseppe.pdf](http://www.selonk.com.br/gphr/wp-content/themes/selonk-theme/artigos/roberta_cristina_chagas_giuseppe.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2012.

GRUPO MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES. **Ata da reunião de 23 de outubro de 2003.**

GRUPO MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES. **Ata da reunião de 25 de novembro de 2003.**

HOLANDA, Ana de; NASCIMENTO JÚNIOR, José do. **Os museus para o futuro.** Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jun. 2012. Caderno Tendências/ Debates.

REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. **Ata da reunião de 10 de abril de 2008.**

REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. **Ata da reunião de 15 de maio de 2008.**

REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. **Ata da reunião de 05 de junho de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 03 de julho de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 07 de agosto de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 04 de setembro de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 02 de outubro de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 06 de novembro de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 04 de dezembro de 2008.**

**REDE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE MINAS GERAIS. Ata da reunião de 1º de outubro de 2009.**

**PENSAR E AGIR COM A CULTURA.** Apostila do Curso de Desenvolvimento e Gestão Cultural – Módulo Trabalho Colaborativo e em Rede com a Cultura. Professores: Paula Ziviani, Luiz Andrade e Rosana Bianchini. Belo Horizonte, 2010.

**TOMAÉL, Maria Inês. Redes de Conhecimento.** Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr08/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/abr08/Art_04.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Recebido em outubro de 2012.

Aprovado em janeiro de 2013.